

A RODA DE IXION. OLIVEIRA MARTINS, A *INGLATERRA DE HOJE*, E O PORTUGAL DE SEMPRE*

HÉLIO OSVALDO ALVES

Fazei, Senhor, que nunca os admirados
Alemães, Galos, Ítalos e Ingleses
Possam dizer que são para mandados,
Mais que para mandar, os Portugueses.

Camões, *Os Lusíadas*.

Não ha verdadeira grandeza senão na desgraça, e nenhum
homem é inteiramente digno de tal nome enquanto não
recebeu alguma punhalada cruel da sorte.

Oliveira Martins, 1885, *Historia da Republica Romana*.

Na verdade, só os mortos são julgados; só pela
sobrevivencia além da desapareição do corpo poderá
dizer-se que alguém viveu.

Jayme de Magalhães Lima, [1902] *In Memoriam*.

No conjunto da obra de Oliveira Martins, o volume publicado no ano anterior à sua morte – *A Inglaterra de Hoje (Cartas de um Viajante)* – tem sido remetido para um lugar inferior, a meu ver injustamente, como obra de interesse e horizontes muito limitados. Extremamente pessoal, e mesmo íntimo, este

* Com base no tema fulcral deste ensaio, foi apresentada uma comunicação intitulada “*A Inglaterra de Hoje e o Portugal de Sempre de Oliveira Martins*”, no Colóquio “Oliveira Martins: History, Social Sciences and National Identity”, organizado pelo King’s College da Universidade de Londres, e realizado em 27 e 28 de Outubro de 1994, no Institute of Romance Studies, da mesma Universidade.

pseudo livro de viagens tem sido objecto de duras referências críticas resultantes, na grande maioria dos casos, de uma visão que tem tudo a ver com ele exclusivamente como obra literária, e que muito pouco, ou nada, tem a ver com o autor como personagem viva e multifacetada por detrás desse mesmo livro. É possível, por isso, que uma interpretação quiçá pessoal, e também pessoalizante, de *A Inglaterra de Hoje*, envolvendo esta obra, de modo inseparável, no tempo da sua feitura, possa vir a dar uma achega positiva – ínfima que seja – para que aceitemos compreender este livro como obra complementar das outras do seu autor, e para que também possamos compreender um pouco mais aqueles a quem ela se dirige, essencialmente os Portugueses de há cem anos a esta parte e o seu mundo.

Com o proclamado fito de escapar ao convívio de “outras regiões”, onde uma “enjoativa mistura de banalidade e cabotinagem” produzia um permanente espectáculo que nem divertia nem instruía, Oliveira Martins embarcou no *Magdalena*, em 31 de Maio de 1892, com destino à Inglaterra. Viajava para a velha Albion tendo em vista, segundo dizia, tomar umas semanas de ar ¹, embora irremediavelmente esmagado e aturdido, no dizer de António Sérgio, pela violência de que tinha sido vítima, perpetrada tanto por monárquicos como por republicanos, bem como “pelo maquiavelismo das aparências”, que eram todas contra si ². É, pois, num estado de perturbação especial, parecendo mostrar-se “envergonhado de ter sido alvo de tão grande injustiça”, que Martins se despede furtivamente da família e sobe “atrapalhadamente” a escada do portaló do *Magdalena* ³, deixando para trás a turbamulta dos políticos e dos jornalistas que se arremessara contra ele como em frenética caçada a um qualquer animal selvagem ⁴.

Não era, todavia, um vulgar político derrotado que se dirigia, esconsamente, para um exílio imposto. Era um homem deixando para trás uma fase da sua vida por que tinha labutado denodadamente e que, apesar de se vangloriar para um amigo íntimo, Eça de Queirós, de ter emergido da “cloaca ministerial” ⁵, o fazia com a emoção de quem estava perfeitamente consciente de ter assim entregue, quase de mão beijada, tudo aquilo que, durante os últimos vinte anos, lhe tinha servido de arrimo para uma aceitação condescendente e parcimoniosa do significado da vida humana, da sobrevivência colectiva do seu País, e da sua própria vida ⁶. Não era, portanto, sem alguma razão, que Martins confessava, ainda a Eça, ter vergonha de se apresentar a quem quer que fosse “lá de fora” como português. Já depois de regressar de Inglaterra, o autor de *Portugal Contemporâneo* não antevia qualquer outra solução para quem assim sentisse, face ao que mesmo de mau se via no estrangeiro, além da recusa peremptória do contacto físico com uma sociedade mesquinha, congenitamente apodrecida, irremediável.

Sucessivamente confrontado, para além do suicídio de Camilo (1890), com os de José Fontana (1876) e Antero (1891), amigos íntimos, mormente o último, com quem lidara numa comunhão mais que fraterna, nem mesmo a

solução violenta por que estes tinham optado encontrara em si qualquer receptividade. Para Martins, Antero era, além de “nevropatha”, “um allucinado da metaphisica”, que muito provavelmente se matara na esperança de ir viver num mundo melhor, um Nirvana de sonolento repouso. Além disso, o seu erro principal fora o de não ter tido “a philosophia bastante para perceber que da vida nem vale a pena nos desfazermos”⁷. Daí que a solução permanente tinha de ser procurada numa outra atitude, naquilo a que Sérgio chamaria uma “resignação activa”, sendo embora, concomitantemente, “uma espécie de narcótico”, ou de antecâmara da inércia total⁸. Na opinião de Martins, e apesar de o seu espírito crítico lhe mostrar os perigos e “a soturna consequencia desse estado de individualismo absoluto, em que o homem, cortados todos os laços, cria em volta de si o vasio”⁹, a única solução residia num inevitável “isolamento honesto”, uma torre de marfim, sem marfim:

Desde que alem de fracos, alem de pequenos e insignificantes, temos de acabar como pulhas, o melhor é meter-se cada qual na sua concha, onde ao menos se pode sentir a consciencia do isolamento honesto¹⁰.

Porém, seria de igual modo neste isolamento, nesta resignação *activa*, sobretudo refúgio da sua honestidade, que o fraterno amigo de Antero contemplaria, cara a cara, os insistentes fantasmas do seu próprio aniquilamento à medida que se lhe avizinhava a pressentida morte¹¹. A sua persistente amargura face à irrasurável realidade do desaparecimento total, da impossibilidade de prolongar a sua vida através da de filhos, “unica cousa pela qual vale a pena viver, porque é a unica que imprime á vida o sello completo do dever”¹², exacerbava-lhe o pessimismo e deixava-o prostrado. “Que remedio senão amar os filhos do meu espirito”, explicava-se, já que não podia ter aqueles que, carnaís, são “nós mesmos redivivos”¹³. Anteriormente, embora em época de menos pesadume psicológico, escrevera já a Luis de Magalhães, em toada semelhante, sobre o mesmo tema:

Os dias passam, os annos caem, desfolha-se a roza da vida melancolicamente, e como petalas perdidas no ar vão passando uma a uma as nossas esperanças e as nossas illusões ... Feliz de V. que tem filhos¹⁴.

Por conseguinte, no seu “isolamento honesto”, a única actividade que lhe dava autenticamente prazer, “a unica cousa agradável na vida”, era escrever. Para além disto, as suas leituras constituíam a sua “melhor sociedade”, salvo excepções únicas, e a convivência com os mortos, e com os livros, “que são o sepulchro onde vivem”, interessava-lhe mais do que a “gente viva, ainda quando lhe falo e a trato”¹⁵. Porém, até estes gostos derradeiros lhe vinham sendo ensombrados, à medida que crescia com a idade “a nuvem da semsaboria da vida”, e, sozinho por dentro, se ia estreitando “o horizonte de interesse pelas

cousas". Restava, portanto, a amizade, esse fogo precioso que alimentava com aquelas "excepções únicas" e cujas vibrações perpassam em frêmitos de inequívoca pulsação vivificante pela sua correspondência ¹⁶.

Para além do mais, a vida era "uma considerável massada", e a mais completa sensaboria, e neste surdo esbracejar, até o silêncio do seu gabinete de trabalho era amiúde permeável a insinuantes pensamentos de fuga. "Mais de uma vez me tem passado pela cabeça emigrar porque a philosophia é excelente", escrevia ele a Jaime de Magalhães Lima em 1892, mas ao seu agudo sentimento do dever, também esta acção repugnava, e optava por ficar, insolúvelmente "remando, sempre contra a maré, mas sempre com a vista num alvo que me alegra e me consola" ¹⁷, sem dúvida a "única coisa agradável" da sua vida, o ler, o escrever e o consequente desvanecimento que sentia pelos seus "filhos intellectuaes" ¹⁸, os seus heróis e os seus livros.

De resto, a partir da queda do movimento político conhecido por "Vida Nova", – do qual Martins fora o principal mentor, e através do qual, especificamente desejara combater "a borracheira dominante", bem como a política caótica dos partidos e "a oligarchia da ineptia impotente subjugada pela chatinagem" ¹⁹, – vão-se engolfando, uma após outra, numa grande parte das cartas que escreve aos poucos amigos, sucessivas e alterosas ondas de amargura, desilusão e abandono. Forçado a deixar para trás a miragem política que criara, viria a reconhecer mais tarde que, longe de se tratar de uma autêntica *vida nova*, tinha sido, outrossim, uma "vida fóssil". A *nova* era outra, totalmente diferente, a vida do gozo sem significado, a rameira garrida e atraente, "saracoteando-se n'um gingar de quadris, piscando o olho á gente que arrasta atrás de si para a sombra amável das viellas" ²⁰. Cercado pela mesquinhez que freneticamente se movimentava ao seu redor fingindo de inteligência e de interesse genuíno pela coisa pública, o polígrafo desabafava então numa síntese exemplar:

[...] a verdade é que é impossível deixar de sentir-se ao mesmo tempo uma profunda tristeza e um soberano desdém pelo mesquinho círculo que nos cerca e nos deprime ²¹.

A nação estava condenada a continuar a ser, como amargamente denunciava em carta a Eça, aquela "pastelaria merdosa" em que os portugueses se haviam de atolar e morrer inapelavelmente sufocados. Os "políticos politicantes", na expressão de Alberto Sampaio, companheiro e apoiante de Martins nesta 'Vida Nova', continuavam a gerir à sua moda as situações que iam criando, tendo sempre em atenção serem os mais beneficiados no termo de qualquer processo ²².

Depois do descalabro da 'Vida Nova', chegara, relampejante, a crise do Ultimatum, ponto marcante na evolução do pensamento de Martins e mais um pesado contributo para a sua educação como historiador, influenciando irreversivelmente, como veremos, a escrita de *A Inglaterra de Hoje*. Num país onde, segundo Martins, "Tudo [era] papas!" e cujas gentes tinham "a consistência

das alforrecas”²³, somente alguns homens honestos, para além dos estudantes universitários e da arraia miúda, tinham tido a coragem de se oporem frontalmente às consequências desta situação.

Se, já antes de 1890, a opinião de um desses homens, Eça de Queirós, profundo conhecedor do Reino Unido, era acerbamente cáustica quanto ao carácter britânico, não é de admirar que, depois da humilhação pública que levou o próprio Antero a aceitar encabeçar o movimento da Liga Patriótica do Norte, alguns dos intelectuais de vanguarda se referissem à Inglaterra com, pelo menos, bilioso azedume. Assim, o Eça das *Cartas da Inglaterra* escrevia já no início da década de 1880:

É à Inglaterra que se deve o egoísmo crescente que nos vai petrificando o coração – esse egoísmo particularmente inglês, que faz com que em Hyde-Park, no seu centro de luxo, trezentas pessoas, em torno de um lago, vejam uma pobre criança afogar-se, sem que nenhuma se incomode a tirar o charuto da boca para lhe estender uma tábua! É à Inglaterra que devemos esta crescente hipocrisia que invade o mundo, e que faz com que em Londres, nos cartazes que anunciam as peças de Sardou ou Dumas, se ajunte esta estupenda declaração: *adaptada às justas exigências da moralidade inglesa*; – enquanto que, na rua, por baixo desses mesmos cartazes, rola, sem cessar, a mais vil torrente que o mundo viu de bêbados e prostitutas! ²⁴

E aquando do Ultimatum, é o mesmo Eça que, entre alguns mais, salta à liça para denunciar violentamente a Inglaterra como “mestra em colonização e destruidora encartada das raças inferiores do globo”, recomendando, embora, que o povo português se não afunde no ódio, essa forma especiosa de ociosidade, esse “sentimento negativo que nada cria e tudo esteriliza”. Verdadeiramente, todo esse ódio agora efervescente, e a que Eça chama pueril, tudo o que houvesse a dizer de mal contra aquele país, fora já dito, e da melhor forma, pelos seus próprios filhos mais ilustres:

Quem mais grandemente, do que os escritores da Inglaterra, tem flagelado os vícios da Inglaterra? Quando mal findava a literatura inglesa do século XVIII, limitada, conservadora, respeitosa e insular – logo um poeta surge, o maior dos seus poetas, que da Itália onde o levava o tédio da sua pátria, austeramente pedante e mercantilmente egoísta, a cobre de maldições e de sarcasmos. E depois de Byron e de Shelley, a legião dos acusadores segue, implacável e genial. É Dickens (para citar os mais populares) ridicularizando as suas instituições; é Thackeray revelando com fria ferocidade todo o seu convencionalismo social e maculando-a com o nome que lhe ficou de *country of snobs*; é Carlyle, com clamores de profeta, fulminando o seu egoísmo, o seu mercantilismo, o seu materialismo; é Ruskin acabrunhando de ironia a grossa materialidade

da sua civilização; é Arnold acusando-a da sua insipidez, do seu azedume, da sua aspereza; é ainda toda uma coorte de publicistas, de panfletários, de *ensaístas*, de artistas, de caricaturistas, fulminando o seu pietismo, o seu *cant*, a sua hipocrisia, a sua desumanidade²⁵.

O próprio Antero, receando, embora, que esta ocasião estivesse a conduzir o país “às cegas para uma destas aventuras em que os instintos e as paixões podem mais que a razão”, não deixara de se congratular intimamente por Portugal parecer estar a sair, por meio da reacção popular contra o Ultimatum, do “sono comatoso” em que há anos “jazia miseravelmente”²⁶.

A Martins, historiador, sociólogo e homem público, esta situação, desencadeada pelo 11 de Janeiro de 1890, de alguma forma profunda havia de tocar já que, na sua obra anterior, se encontravam numerosos e variados exemplos do modo como analisava o papel de “animal rapace” que a Inglaterra vinha desempenhando na História. Já em 1879, na sua *História da Civilização Ibérica*, zurzira o conceituado historiador britânico H. T. Buckle por expressar despudoradamente, na sua cegueira imperialista, “a mesquinha pretensão de subordinar todos os genios ao genio britannico, e o processo de desenvolvimento de todas as civilizações ao da civilização ingleza”²⁷, condenando assim a espanhola por se encontrar fora deste círculo mágico dos eleitos. Também na *História de Portugal*, desse mesmo ano, Martins denunciaria em termos inequívocos, entre outros casos, o feudo em que os ingleses tinham transformado Portugal, utilizando em benefício próprio, e da melhor maneira, o servilismo e interesses mesquinhos dos Braganças a fim de, livremente, poderem tutelar o país²⁸.

Publicado no ano seguinte, *O Brazil e as Colonias Portuguezas* é, de igual modo, um repositório de exemplos da ganância dos ingleses, tipificada na cobiça dos “pobretões do norte da Europa”, quando o pirata Walter Raleigh vira “apropinquare-se o verdadeiro El-dorado” dos seus sonhos ultramarinos com o roubo das riquezas do Brasil. “Todos confessam”, sublinha mais adiante, quando dedica a sua atenção ao problema da escravatura, “que ninguém era mais cruel com os negros do que os ingleses, e que em parte alguma a sorte dos escravos era mais dura do que na America do norte”. Longe de seguirem à letra as proclamadas questões humanitárias que tinham levado à abolição de semelhante sistema, os ingleses, fazendo uso de toda a influência que, no início do século XIX, exerciam sobre a “infeliz dynastia de Bragança” a fim de que terminasse com este tráfico, procuravam, por meio desse expediente, segundo Martins, anular a colocação favorável, no mercado internacional, do açúcar produzido no Brasil e em Cuba, concorrente da produção da Jamaica e de outras ilhas sob domínio britânico. Como resultado desta acção dos ingleses e com a inauguração do “curso aos negreiros”, os carregamentos de escravos, “feitos a furto”, e “já porque o negocio se tornara uma loteria”, transformaram-se num espectáculo verdadeiramente repugnante e cruel e numa “vergonha para a humanidade”²⁹.

Entretanto, o Brasil era inundado de mercadorias provenientes da

Inglaterra. Expulsando os nacionais, “protegendo o bragança na America” e reclamando também para si a ilha da Madeira, a Inglaterra ia, ao mesmo tempo, insinuando os seus missionários neste esquema mais vasto que incluía, igualmente, a África. Estes propagadores da fé cristã faziam-se sempre acompanhar de “amostras dos panos de Manchester” com o que completavam o seu fervor na divulgação da Bíblia. Para Martins não era verosímil, dez anos antes do Ultimatum, que a Inglaterra empreendesse a conquista do interior da África Austral. Todavia, era já evidente o propósito de alargar a mais de cem milhões de homens “que andam nus” o benefício de vestirem os tecidos das fábricas britânicas – “benefício duplo para os chartaginezes modernos, em lucros e em castidade”³⁰. É extremamente semelhante, quase nos tentando a considerá-lo uma paráfrase da posição Martiniana, o tratamento que Guerra Junqueiro daria a este mesmo tema, mostrando-nos uma grande – e sintomática – coincidência de ideias entre o cidadão-historiador e o cidadão-poeta, pelo menos neste ponto, senão noutros³¹.

Tal como Antero, Martins confessara inicialmente, logo após o Ultimatum, que consolava ver-se terem os Portugueses “nervos nacionais susceptíveis”, e que a paixão e desespero causados pela afronta recebida em 11 de Janeiro de 1890 tinham resultado numa explosão popular, “reagindo contra a indolência habitual do espirito portuguez”. A ilusão de que a Inglaterra era a nossa defensora, ilusão esta que, mesmo antes desta presente crise, fora paga bem caro, esfumara-se finalmente. Numa “longa história de vexames e espoliações”, – tradução da dependência e da extorsão, – a rapacidade sem escrúpulos da Inglaterra, transformara-a num vampiro, insaciavelmente sequioso, tendo como presa predilecta as nossas antigas possessões ultramarinas na Índia, na África e no Brasil. Mas havia mais:

[...] sentando-se protectoralmente à banca dos nossos govêrnos, [a Inglaterra] impunha-lhes uma política nefasta, esterelizando a fôrça activa que ainda havia, quebrando a tradição fabril por tôda a parte onde surgia, condenando-nos à condição de ilotas cultivadores de vinho que as colónias inglesas de Lisboa e Pôrto exportavam, contra os panos, as louças, inclusivamente contra a farinha que mandavam vir³².

Em todos estes exemplos tirados da obra de Martins, a intervenção do homem sensível sobrepõe-se, por vezes, inapelavelmente, à análise do sociólogo e do historiador. Todavia, tendo em conta a conspiração de silêncio que, de há tantos anos, enredara estes assuntos na sua malha fina, torna-se mais aceitável, senão enriquecedora, a extrapolação feita para o campo humanitário e do sentir onde o quadro resultante do embricamento de todos os problemas aí focados atinge a sua autêntica dimensão de espoliação à escala do planeta.

Por tudo isto, não admira pois que, aquando da eclosão da crise do Ultimatum, Martins viesse acentuar mais claramente o seu posicionamento face à Inglaterra, como em parte já se viu, de uma forma frontal, violenta e polémica.

Portugal em Africa, de 1891, é o volume em que decidiu reunir os seus escritos de intervenção que considerou mais significativos em referência àquela crise que abalara os alicerces, já de si pouco consistentes, da nação.

Se algumas das suas afirmações acima analisadas, e anteriores ao Ultimatum, não dessem já o tom dos sentimentos do autor quanto aos ingleses, os artigos reunidos neste volume, bem como outros artigos dispersos, são também essenciais para se compreender, como veremos, *A Inglaterra de Hoje*. A extrema clareza do seu posicionamento público, sem rodeios, e a utilização de uma linguagem, por contraste, plena de colorações escuras, perfeitamente coadunada ao tema e à sua divulgação rápida, como ainda à análise dos acontecimentos, era natural que empolgassem um interessado público leitor, chocado e revoltado, ávido de consultar os jornais e revistas por onde essa colaboração se estendeu ao longo de cerca de dois anos³³.

Tendo confessadamente regressado, com prazer, ao seu “querido e velho papel de crítico” com o lançamento de *Portugal em Africa*, o historiador reuniu para a posteridade, sem retoques, os artigos que sucessivamente publicara no ardor do ultraje, da afronta e do caos político e social, causados pelo Ultimatum. Aí, Martins reafirma que, quebrada a rotina estéril de uma paz podre, por sua vez, tudo apodrecendo, o país inteiro vibrara protestando “contra a affronta cruel infligida por uma nação a que, mais por habito do que por confiança, chamavamos nossa aliada”³⁴.

Impertinente e antipático, o inglês – tão forte com os fracos quanto humilde com os poderosos³⁵ – desencadeara um sentimento de ódio entre os portugueses que tarde, ou nunca, se havia de apagar. De igual modo fizera avivar-se ainda mais na memória dolorosa os tempos em que, “levados como amigos pela nossa mão”, os nossos aliados, fazendo gáudio das suas proverbiais “tenacidade ávida” e “deslealdade cupida”, iam “mordendo sempre, e cuspiendo, e devorando”. Povo “ferozmente egoísta e descaravelmente ingrato”, o anglo-saxão não mostrava pejo em construir o seu “torvo imperio da força infrene” por sobre aqueles que, sem poder político ou moral para lhe resistir, proporcionavam somente, para gozo dos seus carrascos e do mundo civilizado, o espectáculo público e lastimável das “genuflexões e zumbaias humilhantes”. Então, com mais razão ainda, a Inglaterra, no seu papel de “lobo cervical”, e aproveitando-se, como sempre, das dificuldades da nação portuguesa e das múltiplas incapacidades dos seus governantes, estendia mais uma vez “sobre o corpo desangrado de Portugal a sua garra adunca de animal rapace”, garra desembainhada, “prompta a cravar-se no momento em que nos disse brutalmente como antigamente se dizia nos pinhaes: – a bolsa ou a vida!”³⁶ Exclama então o polígrafo, sem poder conter a emoção:

Foi-se a India, foi-se o Brazil, vai-se a Africa: ninguem diga que a aliança ingleza nos não beneficia a nós, *poor paltry slaves*³⁷!

Toda esta inoportável situação desembocara no auge inconcebível do

tratado de 20 de Agosto de 1890, resultado acabrunhante da total inépcia do governo do Partido Regenerador. Nos termos desse tratado, e na opinião de Martins, o povo português passava a viver virtualmente numa espécie de protectorado da Inglaterra,

como fellahs no Egypto, ou matabeles no centro d'Africa. Nunca: nem os tratados do seculo XVII, nem o de Methwen, nem 1810, nem o da India – nenhum juntou ainda assim á espoliação a sujeição, accrescendo por sobre ambas o escarneio ³⁸.

O governo, que tivera “a deplorável coragem” de assinar semelhante documento, ou mentira ao sentimento de decoro nacional, só tendo a recear as consequências políticas desse acto, ou então representava um povo sem brio nem pundonor, “symptoma eloquente” de que tambem nos achávamos no princípio da liquidação. Mas, se a clareza desta situação podia ser assim analisada, como tudo queria fazer crer, seria demasiado simplista imputar somente ao governo, fosse de que partido fosse, todo este estado de coisas. A conhecida e sempre verdadeira lição de que cada nação tem o governo que merece, entregava ao povo a principal responsabilidade por esta situação, pois que só ele elegera o governo e, loucura das loucuras, tinha a desfaçatez de o tolerar ainda. Nesta infeliz conjunção entre um governo incipiente e um povo inanimado, faltando a ambos a força dos fracos, isto é, “a dignidade modesta, a força sem arrogancia, a franqueza sem ambages”, o historiador, o cidadão, em desânimo total, concluía: “*Finis Portugalliae*”,

[...] os braços cahem inertes de desanimo, e acodem á memoria as palavras fatidicas de um grande homem agonisante: Isto dá vontade de a gente morrer! ³⁹

Este conhecido *cri de coeur* de Herculano ⁴⁰, um dos poucos homens que Martins reconhecia como seu mentor, servia para resumir, nesta altura, uma atitude violentamente crítica que o autor da *História da República Romana* queria tornar generalizável não só à nação portuguesa, mas também a todo o mundo dito civilizado, face ao descalabro do fim do século, ao império da força bruta, e à constatação inequívoca de que o pensamento filosófico, político e social se tresmalhara sem destino. Também deste mesmo caos, e mais uma vez, se vinha aproveitando, cinicamente, a Inglaterra:

A apotheose da força triumphante no cahos obscuro e confuso do pensamento, eis ahi o que caracteriza este fim de seculo, e esta crise do mundo sobre a qual a Inglaterra, polvo immenso, tem distendido a rêde dos seus tentaculos, evitando cobardemente as guerras, avidamente prompta sempre para as depredações ⁴¹.

Ora, se “a historia não perdôa porque não tem auctoridade para tanto”,

também fica claro que não era intenção do historiador-cidadão perdoar o que lhe parecia claramente imperdoável. Mas num país, onde ao senso comum se continuavam a antepôr as fantasias patrioteiras (ou bairristas), e onde a exploração da “sentimentalidade morbida d’um povo infeliz”⁴² era uma constante da actuação política, tendo em vista destacar como fundamental o que menos interessava, para que se pudesse fazer passar despercebido aquilo que mais deveria interessar, num país assim, em qualquer lugar e em qualquer época, todos os ultrajes têm cabimento sem esperança de retaliação. “País bom para se lhe passar muito ao largo e *atirar-lhe pedras*”, uma das opiniões que o *Times* já ejaculava sem pudor sobre Portugal, e que fora denunciada por Eça nos inícios da década de 1880⁴³, colocara já nessa altura a questão bem a claro, em termos da dicotomia entre o colonizador e o colonizado, sem sequer o primeiro desejar auferir, mais sabiamente como agora o faz, do benefício do interesse meramente paisagístico.

A Inglaterra protegera-se, protegendo-nos contra a Espanha, “sob condição de nos ir assambarcando aos pedaços o dominio colonial e de ter n’este canto da Península uns milhões de ilotas ou fellahs, trabalhando e consumindo para seu beneficio”. Mas agora que essa situação tinha sido claramente denunciada, o iberismo já de longa data evidente na obra Martiniana, tomava novo fôlego, e repelindo os nadas que restavam da aliança com a Inglaterra, fazia-o declarar com redobrado vigor: “A unica alliança fecunda, natural e duradoira é a da Hespanha”⁴⁴. Eis a retaliação ainda possível, honrosa e perene.

Esta ideia fulcral ao seu pensamento político é também glosada em outros artigos publicados durante 1890 em *O País*, *O Tempo*, e *Novidades*⁴⁵. De uma forma mais aprofundada, estes artigos enunciam a necessidade agora mais premente de uma aliança ibérica, a qual, para além dos motivos fundamentais inerentes à identidade dos interesses étnicos, da comunidade, do génio e da história, deveria ter por base de união a antipatia comum pela Inglaterra ou, talvez mais explicitamente, “êste ódio antigo” em ambas as nações contra os ingleses, mesmo partilhado que fosse a uma escala geograficamente maior:

[...] hoje pugnamos contra o egoismo feroz da Grã-Bretanha, e o nosso ódio declarado partilha-o connosco tôda a Europa continental por uma forma mais ou menos reservada⁴⁶.

Vítima de um povo “tão rapace como astuto” e de um “egoismo insaciável”⁴⁷, Portugal nada tinha a lucrar em aliar-se a ele, e só em conjunto com a Espanha seria possível redimir um passado comum de humilhações pois que, facto incontroverso para Martins, nem a própria pátria do Cid chegaria alguma vez a ser uma grande potência sem estabelecer uma aliança com os portugueses⁴⁸.

No Ateneu de Madrid, em Fevereiro de 1891, aquando da conferência

que ali fora convidado a proferir sobre “Navegaciones y Descubrimientos de los Portugueses anteriores al Viaje de Colón”, o autor de *Portugal nos Mares* fez ressoar de novo, agora de viva voz, e passado pouco mais de um ano sobre o Ultimatum, a vontade desta aliança contra a Inglaterra. Ao terminar, evocando na figura de Fernão de Magalhães “la hermandad del alma y la unidad de acción heroica de las dos naciones peninsulares”, o orador permitiu-se reivindicar para o seu país a honra devida aos iniciadores das descobertas, gravando mais uma vez o estigma maldito no inimigo comum:

Fué en nuestra escuela que se educaron todos los marineros; todos, incluyendo el propio Colón, que dió las Américas á Castilla. Fué en nuestras instituciones coloniales que aprendieron todos los pueblos, todos, incluyendo la propia Inglaterra, que del saqueo de nuestro imperio común hizo el cimiento de su fortuna ⁴⁹,

Apesar de ter sido o próprio Martins quem escrevera que “na historia não ha inimigos, ha mortos” ⁵⁰, a aversão incontida que vota ao inglês quanto ao seu carácter e à sua forma de estar no mundo, mormente em relação a Portugal, é mais que evidente mesmo ainda antes do Ultimatum, como já vimos, e facilmente se reflecte em *A Inglaterra de Hoje* onde encontra novos ambientes propícios ao seu desenvolvimento. E se, como quer a fina análise do malogrado Moniz Barreto, a emoção era “um estado habitual da sua alma”, transformando cada ideia não num mero objecto de compreensão, mas numa “verdadeira fonte de impulsões” ⁵¹, então, não poderemos procurar no Oliveira Martins de Maio de 1892 o frio observador e o imparcial analista do viver e dos valores da sociedade e das gentes inglesas, como já não o víamos em 1891, no *Portugal em Africa*.

Pouco tempo depois do suicídio de Antero, anunciara Martins a Luis de Magalhães: “Como estou com a cabeça á razão de juro, talvez ámanhan vá [...] para Inglaterra tomar ar”, procurando, paradoxalmente, na Velha Albion, aquele mesmo “ar respiravel” que dizia ter faltado ao grande pensador açoreano ⁵². Poucos meses teve de esperar para pôr em prática esta vontade anunciada, a qual viria, ao fim e ao cabo, servir de substituta à vontade de emigrar, de concretização mais improvável. No próprio dia em que embarcou, 31 de Maio, lia-se no *Jornal do Commercio*, de Lisboa:

Á hora em que o nosso jornal apparecer, estará o sr. Oliveira Martins afivelando a sua mala para embarcar a bordo do Magdalena, em direcção a Southampton, a repousar por algum tempo o seu superior espirito das miserias da nossa politica, na contemplação e estudo de um paiz, o qual, apesar de lhe devermos aggravos, é em todo o caso uma nação grandemente patriótica, em que, embora ás vezes com sacrificio dos fracos, os homens de Estado, e todos, sabem antepôr a grandeza e prosperidade nacional ás mesquinhas e estereis questões da intriga pessoal ⁵³.

Esta visão da Inglaterra, algo idealizada na ânsia de se concretizar um exemplo de seriedade política, encontra no próprio Martins, embora excepcionalmente, alguma aceitação. A “Advertência” a *A Inglaterra de Hoje* avisava os leitores de que, se quisessem “farejar a Europa”, o local aonde deveriam ir teria de ser, sem dúvida, a Inglaterra. E isto, não por este país constituir um mundo à parte, fossilizado, mas principalmente porque, dominando a Europa economicamente, lhe insinuava cativantes soluções de mimetismo fácil cuja análise, para quem quisesse ou pudesse ver, ajudaria a levantar o véu envolvendo o significado de se ser europeu naquele fim de século, frente a frente com os paradoxos e as excentricidades que caracterizavam o modo britânico de estar no mundo ⁵⁴. A civilização europeia e o homem moderno tornar-se-iam assim muito mais compreensíveis através do estudo do ambiente social onde tinham aparecido e medrado os génios de Hogarth, Thackeray e Carlyle, nomes que o próprio Martins cita, embora nem mesmo estes tivessem podido evitar o destino irremediavelmente pendente sobre o mundo seu contemporâneo, “o dia do Juízo final”, que, qual espada de Damocles, igualmente deixara o seu equilíbrio instabilíssimo e se soltara já sobre o mundo antigo punindo-lhe, impiedosa justiceira, o seu orgulho e a sua cobiça ⁵⁵.

Martins não hesitou em publicar este pequeno volume do qual, modestamente, disse não desgostar ⁵⁶, acreditando dar assim, com os apontamentos que colheira durante a viagem, e aos quais juntara estudos anteriormente feitos, “uma impressão synthetica do estado actual de uma das tres, ou quatro grandes nações do mundo”. Longe de ser o resultado directo e simples de algumas semanas de visita, era antes, em sua opinião, a sùmula de observações de largos anos, constituindo, de algum modo, “um quadro verdadeiro” ⁵⁷. Eça não hesitou em fazer uma apreciação favorável à obra, na qual disse ter encontrado “coisas excelentes”, sendo em geral “um quadro exacto, claro, de muito boa cor” embora, ao mesmo tempo, assinalasse em tom jocoso, que só ele, que não o seu amigo, tinha autoridade para escrever um livro sobre a Inglaterra, o que dá ainda mais realce à opinião de um homem que tão bem conhecia o Reino Unido ⁵⁸. De igual modo, do seu remanso vimaranense, Alberto Sampaio não escondeu o seu entusiasmo por esta obra que lera “d’um jacto”. Lamentando embora que as impressões de Martins não fossem mais extensas para assim prolongar o gosto de as poder apreciar, o historiador de *As Vilas do Norte de Portugal* não se coibia de acrescentar:

[...] em todo o caso fica-nos no espirito uma impressão funda e nitida d’aquella sociedade, tam particular, aparentemente cheia de excentricidades, mas que representa um dos maiores papeis na historia moderna ⁵⁹.

Há duas características exteriores que marcam esta obra no tempo. Não só é uma peça tardia no conjunto da obra e da vida do autor, necessariamente mais madura, sofrendo embora do amadurecimento das próprias virtudes e defeitos que discutiremos a seu tempo, como é, da mesma forma, pela sua

própria natureza externa, supostamente um livro de impressões de viagem, ou seja, um repositório de pensamentos, de sensações e de reacções à medida imediata da ideia, preconcebida porventura, que o autor teria já do seu reagente. E se a literatura de viagens pode ser, particularmente, um género muito personalizado, no caso do encontro entre Martins e a Inglaterra ainda mais o é. Numa obra assim, portanto, toda a força e todas as fraquezas que o autor já demonstrara como homem e como escritor, como historiador e como sociólogo, se não-de, obviamente, encontrar. Por um lado, flagrância e abundância de observação, vastidão de vistas, integridade e elevação do juízo moral. Mas também por outro, o desleixo da forma prejudicando raros dons de escrita e a tendência arraigada para generalizações improvisadas e porventura contraditórias, acrescido tudo isto ainda do peso das circunstâncias políticas que o tinham levado a partir, bem como das irreversíveis, e sempre aguilhoantes, memórias-chagas do Ultimatum ⁶⁰.

Daí ser mais surpreendente que, em vez de transformar *A Inglaterra de Hoje* em mais um acre libelo contra aquele país, um livro que se lesse "com a curiosidade do ódio", como queria Moniz Barreto ⁶¹, tenha Martins tentado fazer, e é patente o esforço que nisso empregou, um estudo aturado da situação social e política da Inglaterra, não só como espelho daquilo que Portugal e o resto da Europa ao mesmo tempo desprezavam e admiravam, mas também, e principalmente, como retrato alargado de toda uma época, e da sua filosofia de vida, em que Portugal estava, inapelavelmente, incluído. Porém, um estudo que incluía temas tão candentes e fundamentais como os conotados com a condição humana dificilmente poderia ser escrito com a frieza de um qualquer prescrutador de microscópios. Embora na opinião de António José Saraiva esta seja uma obra inferior, não teria sido possível a Martins escrevê-la, como quer o autor de *Para a História da Cultura em Portugal*, sem sair do seu gabinete de trabalho em Lisboa ⁶². Como já tivemos oportunidade de verificar, Martins publicara anteriormente uma longa e variada série de considerações depreciativas sobre a política e sobre as gentes do Reino Unido, e se algumas generalizações que fez em *A Inglaterra de Hoje*, face a factos que observou são, na realidade, mais fantasiosas, outras houve, a grande maioria, que só vieram confirmar aquilo que o sociólogo já antes analisara e que agora se consumava diante da sua inteligência e do seu sentir. Contudo, se a realidade com que agora se confrontava lhe ditava também, nesta viagem, algo de oposto ao que tinha pensado anteriormente, não mostrava ter qualquer dificuldade em o aceitar e, até, salientar:

Luiziam as vidraças nas janellas como espelhos, sem uma nodoa; e para além dos vidros arrendava-se a curva das cortinas denunciando interiores de salas conchegadas e quentes. Por fóra, verdura e flôres: por dentro, o macio e morno conchego dos ninhos: creanças feitas de leite e rosas, dançando na estrada; um ar tepido, um crepusculo brando: tudo isso me apontava uma face do character inglez que não posso deixar esquecido ⁶³.

Da mesma forma, não lhe repugnou sublinhar que o lirismo subjectivo, apanágio da poesia inglesa, não tinha semelhança na Europa, pois que lhe brotava da “doçura maviosa”, da “ingenuidade amavel” e do “carinho meigo” intrínsecos à maneira de ser, principalmente, das inglesas.

Porém, como povo ainda jovem, com menos mil anos de história do que os continentais latinos – um dos *fedelhos* a que se referiria Alberto Sampaio⁶⁴ – a “energia taurina” que possuía, esse “sangue moço”, alimentava nos ingleses “os defeitos vantajosos da mocidade ardente”, fazendo deles gente temerária, capaz de tudo. Neste turbilhão, não admirava pois que, intimoratos e famintos de aventuras, fossem impelidos pela sede do ganho e dominados pela vaidade do dispêndio, resumindo o significado das suas vidas no total envolvimento nessa nova forma de energia, o negócio, e na satisfação quase infantil da vaidade. Completavam-se, assim, o orgulho da força e o orgulho do dinheiro, e o capital, reduzido a uma verdadeira abstracção, pulverizado no seu significado pelo frenesim dos jogos da Bolsa, transformava-se somente no signo sob o qual se executava “a dança das paixões excitadas pela cubiça”⁶⁵. O darwinismo, o *struggle for life* (a luta pela vida), ou então, *the survival of the fittest* (a sobrevivência do mais capaz), por muito que os seus opositores teóricos os rejeitassem, ditavam a lei social na Inglaterra, e a vida transformava-se numa luta permanente, fundamental princípio que, na opinião de Martins, era a mola real da sociedade inglesa conservando-a ainda, por isso mesmo, no “nimbo das idéas barbaras”:

D’ahi vem a sua força entre civilisados; d’ahi o seu encanto espontaneo; d’ahi, tambem, o effeito grotesco que nos produzem, porque esses barbaros affectam de civilisados em tudo quanto é exterior na civilisação⁶⁶.

Mas o espanto e o affecto confesso que o autor sente por estes “barbaros civilisados” não o impede de ver mais fundo. Para quem tinha escrito, em 1872, e com algum empolamento, que o futuro se chamava Justiça, e a estrada para esse futuro revolução⁶⁷, natural seria que sentisse bem à flor da pele a situação de derrotados da vida – ele próprio se considerava um “vencido” – das “vastas plebes proletarias” que formavam a base do edifício da plutocracia britânica, onde a ostentação e o luxo acendiam a cobiça dos que menos ou nada tinham, fazendo da miséria, para além do mais, uma situação insuportável. Quando vista em conjunto, ao ar livre, a plebe ondulava “espessamente, silenciosamente”, sem alegria nem carácter, divertindo-se sempre com violência, fazendo lembrar um Cafarnaum medonho, “dando-nos a idéa da enorme confusão obscura do espirito popular contemporaneo”⁶⁸. Observador de almas e costumes, ao penetrar nas entranhas da miséria londrina, o sofrimento e a repulsa que Martins interiorizou face a uma constituição social que tinha como resultado uma tão brutal distribuição da riqueza, marcam-lhe o espírito como uma chaga viva. O seu contacto físico com este mundo, só imaginável em pesadelos, o “nadir da

vida", fez-se com um dos "antros medonhamente miseráveis de Londres: labirinto immundo de viellas e pateos, recessos onde nunca entra luz, ruínas abjectamente esfrangalhadas, covis de gente quasi selvagem". Londres summarizada, enfim, no extremar do caos social em que até a figura tenebrosa de Jack, o Estripador, constituía já, sinal dos tempos, algum atractivo turístico:

Estavamos no ultimo abysmo da degeneração da especie humana. Nos dois pólos, de oeste e de leste, tem Londres o zenith e o nadir da vida: falta-lhe para equador o instinto racional, esthetico e caridoso, que em outros povos humanisa a sociedade, apagando os contrastes monstruosos⁶⁹.

Nestes e noutros paineis, onde o sentir fraterno pela humanidade explorada se exprime com grande profundidade, aparece-nos retratada, na imagética apocalíptica de Moniz Barreto, "a Londres tenebrosa e formidável a que o redopio da gente bruta e cega, arremessada à caça da libra, dá o ar de uma roca sinistra, urdindo uma teia de povos em mãos de bruxa"⁷⁰.

Se, por um lado, a "chimera colossal do *make money*", inúmeras vezes chamada a prestar contas por toda a obra, é a principal responsável por Martins expressar enorme repelência pelo seu produto final, este "cancro da miséria" coadjuvado pela chaga da prostituição, este "apostema britannico" que alastra sem cessar, por outro lado, a análise que faz do temperamento inglês, "violento e sanguineo", completa o quadro duma sociedade na qual imperam "a rigidez na virtude, e no vicio o desbragamento", oportunidade para mais este desabafo generalizante: "nunca em parte alguma vi brutalidade mais bruta, nem estupidez mais estúpida".

Mas a esta descrição que, afinal, pouco de novo nos diz sobre este povo dentro da própria obra de Martins, é acrescentado um pormenor fulcral. Tendo uma ideia formal e exterior do que é a civilização, o inglês do retrato Martiniano simplisticamente aspira apenas à vaidade, ao luxo e ao gozo, como que "caminhando numa cerração com violência decidida"; sem a noção clara do que vê, e, subjectivo por génio, vai encastelando ao mesmo tempo a sua individualidade no recesso abscondito do eu. Aparentemente acomodaticio, amoldando-se exteriormente a tudo, permanece sempre o que é, insondável⁷¹. Embriagado pelo furor do gozo a que almeja, vai tentando encaminhar a sua vida para aquele estado de cobiça e ociosidade, verdadeira alma da sua civilização, estado que, afinal, não sendo natural ao homem, produz por isso mesmo em nós, os outros, segundo Martins, uma impressão estranha e paradoxal. Envolto na ostentação, no jogo, na charlatinagem, nos caprichos, na moda e em todo o frenesim que lhe é imposto pela parte teatral da vida, o inglês passa a assumir então a forma paradigmática do cidadão daquelas sociedades que, incontrolavelmente, vão sendo arrastadas pelos "furacões tempestuosos das democracias"⁷². Tornado, por fim, um ser incoerente e digno de dó,

Se lhe perguntarem de que, por que e para que vive, começará por ficar espantado, pois jámais cogitou n'isso. Vive ao Deus dará, á mercê do acaso, sem pensamento nem desígnio. Vive como vê viver o proximo, obedecendo unicamente ao instinto de exceder o proximo, e dominal-o. Vive na esphera obscura do Inconsciente; embora, com a sobrançeria natural de quem se sente forte, desdenhe e ria dos que se absteem de pensar como ele ⁷³.

É neste mal íntimo, de consciência, nesta ausência de ideal, que reside o mal dos tempos – a “dinheirização” – que tem por epicentro a Inglaterra e que vai servindo de paradigma contagiosamente imparável à Europa e ao mundo chamado civilizado, arrastando-os, sem resistência, para o vazio ⁷⁴.

Este terramoto social é acompanhado por outras manifestações telúricas que adensam o ambiente de catástrofe quando penetramos no âmago desta sociedade, na sua religiosidade, seu recolhimento e fuga de si própria. Na análise Martiniana, dentro deste quadro mais geral, “não há homem mais constitucionalmente religioso, qualquer que seja a seita, do que o inglês”, e não existe em parte alguma do mundo outro lugar onde a religião mais assuma o seu papel de freio das multidões. O autor do *Systema dos Mythos Religiosos* não mostra tergiversar quando afirma não haver homem mais submisso nem mais sujeito ao espanto admirativo e medroso – atitude donde as religiões brotaram – do que o inglês. Moralmente infantil, com facilidade se torna subserviente, estabelecendo-se, assim, na sociedade, a base da disciplina mental, dos grilhões da mente. Daqui o seu conhecido respeito pela tradição, o culto pelas instituições, a admiração pelos grandes homens. Daqui também “o ritual das conveniências ininfringíveis”: a moral apoiando-se na frágil convenção, a religião resvalando para o “pharisaísmo” e ambas vindo a cair no barranco fundo da hipocrisia. Constata então Martins, no fim desta análise, que a panaceia que cresce agora como maremoto incontrolável é, por um lado, o espiritismo à la Blavatsky, esse terror vago do desconhecido colmatando tantas ansiedades sem resposta e, por outro, o Exército de Salvação, exemplo extraordinário “da conjunção hybrida” do individualismo com o colectivismo e da filantropia com o espírito mercantil. No vácuo deixado pela ausência de “piedade metaphysica”, naturalismo e superstição são correlativos, especialmente se houver lugar a uma diminuição do fervor religioso. Perdendo assim o senso metafísico, os ingleses “não sentem o principio da harmonia immanente no mundo, percebendo apenas as fórmulas antitheticas da phenomenalidade” ⁷⁵.

Para que serve então toda a energia atlética que consomem numa sociedade à procura de derivativos na vida animal, no *sport* enfim, meio pelo qual permanentemente tentam evitar a reflexão, a contemplação, o encontro a sós consigo mesmos? No *sport* encontrava-se portanto, segundo Martins, a “formula synthetica do character d'este povo”, cuja força taurina levava de vencida quem o defrontasse, mas que lhe barrava, ao mesmo tempo, os caminhos do saber: “Se os touros soubessem, não marravam”, resume, sarcástico ⁷⁶.

Paralelamente, a um nível mais externo, no campo das relações laborais, uma outra espécie de *sport* também imperava, embora mais criativamente. As apostas dos jogadores que faziam o seu jogo, o seu *sport*, com consciência plena das consequências da derrota sempre presente, levava os trabalhadores ingleses a criar algo de único a que o mundo jamais tinha assistido. Durante o século XIX, pela primeira vez na história do homem, e com a Inglaterra como complexo campo de experiências, tinham os trabalhadores tentativamente experimentado a criação de processos reivindicativos conscientes, por meios legais e constitucionais, declarando guerra ao capital com a suspensão do trabalho, combatendo com o sacrifício voluntário do pão de cada dia, associando-se, criando cofres de resistência e de socorro para as horas de crise. Embora Martins preveja por um lado, lugubremente, que a "guerra social" irá ser o "fundo sombrio da vida do seculo em que vamos entrar breve" ⁷⁷, não deixa de assinalar, de modo esperançoso, a possibilidade de um futuro em que, através das nacionalizações das indústrias, do crédito generalizado e da cooperação, essa "guerra social", se não desaparecer totalmente, tenha, pelo menos, as possibilidades de eclodir seriamente atenuadas. Mas a palavra-chave de todo este processo, palavra tênue, embora, mas que levaria ainda à eventual salvação do futuro das classes laboriosas, era só uma – educação:

[...] para que o producto integral pertença às classes trabalhadoras, é necessario que ellas, pelo grau da sua educação moral e intellectual, possam prescindir da direcção economicamente protectora do capital. Antes d'isso todas as revoluções são insensatas; depois, todas as resistências serão vãs ⁷⁸.

Porém, Martins estava muito mais preocupado com o presente e com as lições do passado para construir o futuro de justiça social que desejava, mas que também previa ainda longínquo e nebuloso. Era patente que o estatuto moral e social do fim do século XIX se esbarrondara em paradoxos difíceis, senão impossíveis, de compreender e, portanto, de aceitar. Se sempre se especulou, se jogou, se ganhou e se perdeu, o que mais afligia Martins na análise que fazia destes tempos, através da da sociedade inglesa, era o facto de agora se ter transformado um vício empedernido, o jogo, em norma estabelecida da vida das sociedades. Desenfreada, a sociedade contemporânea preocupava-se somente em ganhar e gozar, e em ganhar para gozar, regra esta tão mesquinha quanto incoerente – "porque o ganhar afflige muito mais do que o trabalho, e o goso, afinal, torna-se um aborrecimento insupportavel". O regresso a um passado mais moral acenava, portanto, com a força de uma solução mais aceitável:

As illusões de outro tempo davam á vida incomparavelmente mais delicia, do que estes divertimentos em que nos vamos arrastando hoje, por uma estrada de tédio inexcédível, apesar das excitações permanentes do café, do tabaco, da morfina, e dos aphrodisiacos ⁷⁹.

Perante o cínico olhar actual, a candura destas preocupações desvanece-se quando verificamos que, então como hoje, seja qual for a panaceia com que se procure curar a instabilidade dos tempos, os resultados são de uma semelhança igualmente desastrosa. Vítimas de um engano e mártires das ilusões, acabamos abraçados, na óptica de Martins, a uma sombra efémera ao tentarmos preencher aquele desejo permanente de que é feita a vida – o alcance do fisicamente inatingível⁸⁰.

É com o somatório destas e doutras análises que *A Inglaterra de Hoje* se pode transformar em mais uma chave para conhecer, a nível mais profundo, o pensamento moral e a psicologia social Martinianos. O “Estudo de Psychologia” que Moniz Barreto fez de Martins pode também, sem dúvida, aplicar-se particularmente a esta obra. Neste penetrante vôo interior pela obra do polígrafo, é a “energia da afirmação moral” que desvenda a chave do carácter de Martins, onde coexiste com uma vasta e penetrante “intelligencia comprehensiva” e uma “grande curiosidade activa”. Mas o mecanismo dos factos sociais e a “majestade das causas permanentes” soçobram interiormente, por dentro da própria análise Martiniana, no sorvedouro energético da sua sensibilidade. Historiador-artista e publicista-poeta, o estado de habitual exaltação da sua sensibilidade provoca-lhe sensações “ardentes e frequentes”. Abundando em movimento, força e vida e destituído, ao mesmo tempo, de ordem, precisão e clareza, o seu estilo poderá, porventura, prejudicar a sua actuação como historiador mas, ágil e viva, “galopa ou vôa a sua prosa”, dando uma visão poderosa e plena do que descreve, bem como uma representação verídica e intensa de caracteres⁸¹, contribuindo desta forma para a criação de uma realidade “em que nada é de papel e tudo de substância viva”⁸².

Provocado pelo entusiasmo auto-contagante de uma escrita onde as imagens,

soberbas ou ignobeis pullulam por todos os lados, trazidas dos palacios ou das tabernas, como um rebanho de conscritos arrastados para a batalha [...] ⁸³,

o problema desta recriação da realidade, sobrepõe-se, por vezes, à eficácia da análise e à fidelidade do retrato, mas a sua imaginação psicológica que, no dizer de Barreto, é a “peça mestra” da inteligência de Martins, aquela que lhe dá o “dom de ver e descrever interiores de alma”, auxilia-o preciosamente nestas “correrias da sua improvisação”. Inventor e artista, é de todos os escritores até à data em que Barreto escreve (1887) o que merece mais ser lido, mas também é aquele que “carece mais de ser lido com cautela”⁸⁴. Sérgio considera-o o “mais rico e substancial de todos os prosadores da nossa língua”, mas embora integrando dentro de uma mesma alma inúmeras facetas da natureza humana, não lhe encontra, da mesma forma, semelhança com mais ninguém nesta combinação de tanta fraqueza com tanta força⁸⁵. Profundo observador dos actos e dos figurantes, falha, por vezes, na justiça com que observa as

dificuldades das situações, embora esta falta de alguma perspectiva contraste violentamente com as telas que pinta, as quais “espantam pelo tom dramático e pela ‘fúria’”, retratando exclusivamente os multifacetados aspectos do seu génio artístico, tanto de satírico como de poeta trágico, “atraído pela miséria, pela dor, pelo mal e pelo ridículo”. Mas sem possuir um apurado senso crítico, pois está dele ausente a sequência, o rigor e a firmeza, Martins generaliza sem motivo, como já vimos, atraído, segundo o pensamento sergiano, pelo que é dramático e transformando-o, ao mesmo tempo, no simbolicamente fundamental⁸⁶. Porém, é compensando a ausência de um claro contorno de linhas com uma maior percepção da cor, e amassada esta permanentemente no turbilhão da energia envolvente da sua imaginação “instantanea e intermitente”, que Martins chega, imparavelmente, a uma veloz e certa descoberta de verdades que seria lento e penoso investigar pelo raciocínio ordinário⁸⁷. Mas não é só às verdades importantes que um espírito deste quilate chega por estas vias. É também aos erros frequentes que a sua incoerência causa, e aos descuidos e superficialidades inadmissíveis no historiógrafo⁸⁸.

Contudo, a este “peregrino das Idades”, a este “vagabundo da meditação”, “subtil psychologo da nossa Raça”, não falta nunca, como repetidamente se verificou, o frêmito mal sustido, constante, de um “sentimento férvido e torturante dos grandes problemas da humanidade”⁸⁹, alimentado por uma “paixão ardente” na incessante procura e no “louco [e] insaciavel” amor que vota à liberdade⁹⁰. Personalidade que Sérgio considera nascida antes do seu tempo para curar as chagas sociais de que o seu povo sofria, da originalidade da sua visão de sociólogo resulta, no dizer do próprio Antero, uma única ideia-guia de todo o progresso da humanidade, a do socialismo; mas não a de um socialismo apegado a esta ou àquela escola, a este ou àquele nome, mas sim “simplesmente o da humanidade”. Para Martins, no dizer do autor do “Programa para os Trabalhos da Geração Nova”, o socialismo

não sáe de uma escola ou de uma seita: sáe do mais fundo da consciencia humana, affeiçãoada por tres mil annos de progresso⁹¹.

Daí que a cada passo da sua obra em geral, e de *A Inglaterra de Hoje* em particular, se sinta o anseio permanente de restituir direitos ou de reparar agravos tanto no que respeita a indivíduos, como também, e principalmente, no que envolve as relações sociais do presente, os “exercitos de sacrificados ao capitalismo”⁹². Mas não só. Comparável aos maiores, a Taine, Michelet, Mommsen, Macaulay, Carlyle e Ruskin⁹³, o autor de *Portugal e o Socialismo*, no dizer de Magalhães Lima,

[...] invocou direitos com a firmeza austera d'uma consciencia que exige liberdade para os opprimidos, onde os encontre, nas plebes modernas escravizadas ou nas paginas da historia, que tantas vezes teem esmagado a virtude, enquanto insensatas absolvem crimes e glorificam monstros⁹⁴.

Contudo, depois da publicação de *A Inglaterra de Hoje*, e complementando tudo isto, as reacções emocionais de Martins, se já o eram nesta obra, são agora mais tristes, mais pessimistas, à medida que decorrem os poucos meses de vida que lhe restam, entre 1893 e 1894. A realidade crua – a sua saúde e a do próprio país – impossibilita-lhe o bem estar e, do mesmo modo que a gravidade e a tristeza são para Martins apanágio da alma portuguesa, assim a alegria de viver não é também dom próprio ao seu espírito: “A paz, a ventura, o bem estar deprimem-nos; as aflições temperam-nos e tonificam-nos”. Sem protestos vãos nem “gigantescas indignações”, resigna-se a aceitar a vida por via da energia da sua vontade e dos seus hábitos de acção permanente, embora, malogradas as suas “visões da Verdade”, fosse dando sempre um passo mais, “andando para o negrume do tédio, o vortice do nada”⁹⁵.

O estudo psicológico de Moniz Barreto data de 1887 e não pôde, por conseguinte, englobar a parte final da vida de Martins a que nos estamos agora a referir. No entanto, a perspicácia da sua análise faz com que não nos surpreendamos com o adensar dos “protestos vãos” e das “indignações” tanto em *A Inglaterra de Hoje* como posteriormente. Sendo assim, não admira que numa curta carta autobiográfica escrita a Jaime de Magalhães Lima, em fins de 1893, Martins tenha esta frase lapidar, sumário de toda uma experiência: “A vida não tem sido para mim uma coisa facil, nem alegre”⁹⁶. Na *Gazeta de Notícias* escrevera já em 1889:

A vida é hoje uma hipocrisia. Os homens, sem outro culto interno que não seja o egoísmo, vulgar nos vulgares, requintado até ao próprio suicídio nos eleitos: os homens perderam a coragem afirmativa e tem vergonha de ser o que são⁹⁷.

Também Martins, embora tardiamente, ansiara por abraçar uma “existencia obscura” por meio da qual pudesse desaparecer “no anonymato da multidão”. Mesmo sem perder a tal “coragem afirmativa”, mas seguindo a sua própria análise do mundo moderno, “desiludido das esperanças activas do optimismo”, Martins só aspirava a poder levar “até ao cabo” a cruz da sua vida, “pedindo apenas á sorte que não prolongue demasiado a jornada”. “Apóstolo do saber”, como lhe chamou Magalhães Lima, lançara ao brazeiro da actividade intelectual a própria felicidade, tentando, por si só, satisfazer os anseios e as ambições da sua geração. Se é certo que foi assim que desbaratou esse dom social – a felicidade – não será também menos verdade que por qualquer outro caminho teria sido menos útil à sua época⁹⁸. E não só à sua época.

Ora, para Martins, só o homem que “não deve nem pôde aborrecer a vida”, por fora activo, mas atacado por dentro, por vezes, de apatia ou de tédio, poderá ser o único verdadeiramente feliz; e se ser feliz, portanto, depende de um acto da inteligência e da vontade, independentemente das circunstâncias exteriores da vida, quem poderá, então, ascender à felicidade? A resposta de Martins é paradigmática:

Aquelle que, sem ter de esmagar desapiedadamente os sentimentos e paixões da sua natureza, sem ter de partir a mola interior que o torna um ser vivo, consegue mitigar, moderar, ponderar ou equilibrar os impulsos do seu sangue com os dictames das suas idéas, sancionando paixões e pensamentos com a luz inextinguível dos instinctos moraes e do senso esthetico; olhando para si proprio e para as angustias, para as dôres e para as feridas da sua vida com uma commiseração visinha do desdem; olhando para o proximo e para o mundo sem desprezo nem orgulho, mas com a ironia caridosa que se deve a todas as cousas involuntariamente inferiores; contemplando finalmente com uma curiosidade placida e discreta o nevoeiro dos mysterios e problemas que, sondados, endoidecem e de que é mistér fugir como dos abysmos cujas vertigens allucinam ou embrutecem [...] ⁹⁹.

Programa para uma vida inteira, sem dúvida. No entanto, a vida, tal como o mundo coevo, tornara-se um paradoxo, incongruente, irracional, incompreensível ¹⁰⁰ e a própria solidão, passara a não ser o pesar de se estar só, mas sim o grande isolamento “que a gente sente no meio do seu semelhante”.

Todos temos em nós duas pessoas: uma o manequim que se agita á mercê dos impulsos externos e das relações ambientes, outra que vive de si para si e por si propria. É aqui que a gente se sente rei ¹⁰¹!

Efêmero reinado este, pois que, bem no fundo, viver é fundamentalmente esquecer: “Esquece e viverás bem”, como sinteticamente recomenda, um ano antes da sua morte, a António Cândido ¹⁰². Ou então, mais cepticamente ainda, a ideia de que “viver é ignorar”, distorcendo assim as recomendações de um Antero que, já em 1887, se contristava por ver o seu amigo caminhar para um pessimismo negativo, e, suprema ironia, o tentava animar, se bem que em vão:

Não é tão consolador conhecermos que somos loucos? que as coisas que nos atormentam são puras visualidades? que os nossos grandes males, os nossos grandes infernos, bem no fundo, não existem, e que esses terríveis espectros são meras ilusões de óptica? A contemplação da nossa toleima é muito salutar e, tudo bem pensado, fonte perene de alegria ¹⁰³.

Mas esquecer ou ignorar não podem ser fontes de alegria mas sim de perene insatisfação e ansiedade. Antero aconselha o seu grande amigo a descobrir o como e o porquê do “paradoxo universal” das coisas, partindo do princípio que este paradoxo tem, sem dúvida, origem divina. “Desprezar o mundo, desprezar os homens”, avisa ele, “ver o vácuo e o tédio como assíduo final de tudo, é grande pecado de orgulho”, o qual poderia levar quem assim procedesse, por fim, a acreditar que o universo e a existência não são mais do que um absurdo ¹⁰⁴.

Ora Martins não tinha uma visão deísta ou panteísta, nem tão pouco simplisticamente mecanicista, do Universo ¹⁰⁵. E, para além de tudo, muito menos se lhe poderia imputar esse “grande pecado de orgulho” de que Antero falava. Mas, embora em teoria a procura activa da felicidade continuasse a ser um acto da inteligência e da vontade, na óptica Martiniana o mundo achava-se irremediavelmente no fundo de um beco sem saída e o único sentimento que restava face ao triste espectáculo da vida era o de um profundo dó ao verificar-se terem falhado todas as filosofias para resgatar o homem:

[...] quanto dó o espectáculo simultaneo da gente ingenua que ainda crê no regresso da fé transacta, da gente temeraria que pede a salvação às superstições ocultistas, e da gente soez que se limita a engordar, refocilando-se no chiqueiro da vida, como porcos ¹⁰⁶.

E sendo assim, o espírito humano havia necessariamente de se voltar para a passividade, “desiludido das esperanças activas do optimismo”, e chegando rapidamente “à depressão da vontade, amesquinamento do character e ao tédio morno da existencia passiva” ¹⁰⁷. Ao ensimesmar-se no seu “isolamento honesto”, flagelando-se, em acréscimo de pena, pelo crime de não poder alterar o rumo catastrófico da sociedade do seu tempo, Martins passara a personificar, também ele paradoxo singular, aquele mesmo Ixion mitológico a que comparara já o povo britânico, penitente sem idade vogando pelos infernos, eternamente supliciado na roda que lhe absorvia a energia insaciável mas também estéril. A única diferença estava na inocência de Martins.

Indagando sempre sobre a razão de ser da espécie e do cosmos, e sem encontrar respostas nem nos instintos nem nas teorias, era óbvio que Martins concluisse que o seu tempo vivia – não viverá assim também o nosso? – sobre uma mentira permanente. Ao tentar viver situações falsas, a vida escorria-se pelo tédio, numa comédia de mau gosto, “porque todos ignoramos em que verdade convém crer”. A humanidade, sujeita aos medos instintivos, quer do inferno, quer da polícia, poderia nunca mais chegar a ter a força suficiente para se libertar de si mesma. Daí, continuaria auto-supliciando-se com os mitos criados pela sua própria imaginação e com os instintos que impulsionavam o seu temperamento:

Imaginamos um ideal que não podemos definir. Queremos apreendê-lo e foge-nos, como sombra, como miragem, como ilusão. Entrevemo-lo, desejamo-lo, sentimo-nos capazes de lhe obedecer, tanta é a desolação em que nos vemos; mas quando julgamos palpá-lo, torna-se em pó. A vida será um sonho? o mundo uma fantasmagoria? [...]

Será tudo isto um sinal entre muitos da caducidade que também à espécie vem com os anos? Vivemos pouco, parafusamos de mais. Nada pedimos ao instinto e tudo à razão. Levamos a vida a estudar-nos para sabermos como havemos de ser; e por isso mesmo não fazemos

senão ruminar e revolver-nos, pisando e repisando, como bois à nora, um chão calcado e sáfaro.

Teria então chegado a hora em que a humanidade perdera toda a energia para as acções fecundas ¹⁰⁸? As perguntas de Oliveira Martins permanecem pelo nosso tempo adentro, estigmatizando-o.

As circunstâncias públicas, e também intimamente pessoais, que o levaram a deslocar-se a Inglaterra, várias das experiências que lá pôde realizar e viver e a possibilidade de verificar a concretização *in loco* dos resultados dos seus estudos sociológicos anteriores, para além da sua continuada meditação sobre o próprio sentido da vida no seu tempo, pesaram na conclusão a que chegou de que o exemplo daquele país e da vida frenética do seu povo, não só pela Europa como pelo mundo fora, através do seu império, se constituía em temeroso aviso individual e colectivo. Tão temeroso, que no pessimismo que lhe adensava o raciocínio, Martins o via numa amplitude de irreversível catástrofe universal quanto aos últimos fins do homem.

Mesmo com todos os seus defeitos de generalização, de superficialidade, até de algum excesso negativo em certas análises, provocado pelo próprio pessimismo do autor, *A Inglaterra de Hoje* possui a virtude – pelo menos esta, senão muitas mais – de mostrar um Oliveira Martins aparentemente solto das peias de um trabalho programado, escrevendo obra exteriormente pouco definida, sobre um país para onde fora “tomar ar”. Desta forma, supostamente vaga, Martins pôde, portanto, discorrer à vontade sobre casos que nos poderão parecer banais, sobre visitas turísticas de interesse, para nós, duvidoso e sobre outras situações que, para o leitor moderno, poderão ser de um valor, pelo menos, discutível. Daí que este livro tenha sido já conotado com o que de mais inferior possui a obra Martiniana.

Todavia, bem pelo contrário, a sua contundente avaliação de alguns aspectos do carácter britânico não procura nunca a aceitação fácil ou superficial. Mesmo que, a nosso ver, esta visão esteja errada, ela é profundamente sentida e, logo, correcta na óptica do autor e até na de outros intelectuais da sua época, ou que o antecederam, como já vimos. Mesmo que desdenhosa e sarcástica, esta obra é antipaticamente realista e, logo, pouco agradável para quem então tivesse formada, ou tenha ainda, uma outra imagem, talvez mais vaporosa, da sociedade e do país da Rainha Vitória. Mesmo que excessiva, ou por demais generalizadora, é na maior parte das vezes a busca profundamente ansiosa e humana dos valores do que significa viver em sociedade, e que Martins já não encontra senão quimericamente. Por isso, desiludida, esta obra entristece. Esfingica em alguma da sua imagética, não é de misteriosa interpretação. Desesperada, é comovente. Marcada pelo tempo é, infelizmente para nós, intemporal, uma lição para todos os tempos. Moralista, não é rígida nem severa, procurando somente uma sociedade que erradique as chagas sociais que vão transformando o homem, de novo, num bárbaro violento e repelente. Criticando o particular, quer que todos usufruam do eterno. Essencialmente, intimamente

portuguesa, como quer Moniz Barreto, procura e alcança, até por isso mesmo, o universal¹⁰⁹.

"Ha coisas que só se aprendem palpando", escrevera Martins na Advertência de *Portugal em Africa*, e "nunca se apreciam com certeza, por mais livros que se leiam"¹¹⁰. Com esta aprendizagem como fundo, esta sensibilidade toda feita de espírito e, afinal, de dó, não fará *A Inglaterra de Hoje*, então, também parte, e de corpo inteiro, daquele "safanão" cultural que o conjunto da sua obra foi, e de que nos fala, por exemplo, Manuel Mendes¹¹¹? Sendo este volume o primeiro publicado depois daquela "punhalada cruel da sorte" que, ela só, como queria Martins, é capaz de fazer um homem inteiramente homem¹¹², não marcará este livro, então, aquele ponto de viragem de que nos fala Sérgio, e no qual "o desdém do caricaturista" cederia o passo à indulgência humana, abrindo amplo caminho para a impassibilidade do verdadeiro sábio¹¹³? Afinal, no retrato de Antero, Martins "na sua grande sabedoria [era] humano"¹¹⁴, e ninguém poderá querer continuar a puni-lo por este crime, atando-o, ou deixando-o eternamente atado, à infamante roda de Ixion.

Se "compreendê-lo é compreender-nos", como Sérgio queria, estando dentro dele mais do que o germe do estado de espírito que nos caracteriza a nós, Portugueses, essa compreensão tem forçosamente de se estender até à sociedade global que hoje somos e que, ainda mais do que ao tempo da morte de Oliveira Martins, "esmaga sonhos e abstracções"¹¹⁵. Assim, libertos do pequeno mas persistente vírus de julgar e de catalogar, que tantas vezes corroi a possibilidade de auferirmos de uma visão mais humanizante das pessoas e do que fizeram, poderemos ajuizar somente, com Oliveira Martins como paradigma, daquilo que deve ser julgado, ou seja, da nossa sociedade, do nosso país, da nossa época, da nossa vida. Numa palavra, poderemos, com ele, ajuizar de nós¹¹⁶.

24 de Agosto de 1994

No dia do centenário da morte de Oliveira Martins



O. Oliveira Martins

NOTAS

¹ Martins, O., 1893, *A Inglaterra de Hoje (Cartas de um Viajante)*, Lisboa, Livraria de Antonio Maria Pereira, p. v; Martins F. A. O., coord. 1926, *Correspondencia de J. P. Oliveira Martins*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, p. 203, Carta LXXIII, a Eça de Queirós (EQ). Daqui em diante, estas duas obras serão referenciadas, respectivamente, com as siglas IH e COR.

² Sérgio, A., coord., 1923, Oliveira Martins, *Dispersos*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2 vols.; tomo I, pp. lxxviii-lxxix. Esta obra passará a ser referenciada com a sigla DISP.

³ Martins, J. P. O., 1985, *Cartas Peninsulares*, Lisboa, Livraria Antonio Maria Pereira (in "Esboço biographico", da autoria de Guilherme de Oliveira Martins, pp. 1-114), p. 39.

⁴ DISP, I, pp. lxxiii/iv.

⁵ COR, p. 203, Carta LXXIII, a EQ.

⁶ Saraiva, A. J., 1972 (4.ª ed.), *Para a História da Cultura em Portugal*, Lisboa, Edições Europa-América, 2 vols; vol. I, pp. 238-40. Daqui em diante AJS. Saraiva é um dos autores que considera *A Inglaterra de Hoje* inferior como obra de arte (pp. 189-91). Retratando esta mesma preocupação, ver o artigo de Crowcroft, K., "Oliveira Martins e 'A Inglaterra de Hoje'", in Separata da Revista *Ocidente*, n.º 84, vol. XXV, Abril de 1945, pp. 267-75; e ainda, para uma opinião mais recente, ver Futado, F., "A Inglaterra de Oliveira Martins", *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, 3 (1994), pp. 75-89.

⁷ COR, pp. 160-1, Carta L, a EQ.

⁸ Sérgio, A., 1974, *Obras Completas, Ensaios*, tomo VIII, p. 225. Daqui em diante AS.

⁹ Antero de Quental, 1896, *In Memoriam*, Porto, Mathieu Lugan, Editor, p. 61.

¹⁰ COR, p. 210, Carta LXXVI, a EQ.

¹¹ *Idem*, p. 206, Carta LXXV, a EQ.

¹² *Idem*, p. 243, Carta XCI, a EQ.

¹³ *Idem*, p. 218, Carta LXXX, ao Conde de Arnoso; p. 243, Carta XCI, a EQ.

¹⁴ *Idem*, p. 143, Carta XLIV, a Luis de Magalhães. Ver também o *In Memoriam*, de Antero, onde Martins refere (p. 60), no seu artigo "O Mal do Seculo" (pp. 56-67), como uma das razões que fazia Antero ver-se "perdido e pária", o facto de não ter filhos "que o ligassem amorosamente á existencia com esse renascimento do proprio sêr que é a suprema significação da vida". E logo adiante (p. 64), volta a insistir: "Nunca, o infeliz, poude fazer saltar nos joelhos um filho, e rever-se-lhe na face ainda em botão, com a felicidade suprema de se sentir renascer".

¹⁵ *Idem*, p. 205, Carta LXXIV, a EQ; p. 251, Carta XCIV, a António Cândido.

¹⁶ *Idem*, p. 146, Carta XLV, a EQ. Alberto Sampaio, o intelectual vimaranense, amigo íntimo de Martins, expressou este mesmo tipo de sentir aquando da morte do seu amigo. Em carta a Luis de Magalhães, escrevia em 1 de Setembro de 1894: "A falta d'um amigo determina sempre como a atrophía d'uma parte do nosso ser moral; á medida que a morte os vae ceifando, começamos a sentir-nos sós, n'um mundo que se vae ermando d'affeições". *Revista de Guimarães*, vol. LI, 1941, "Cartas de Alberto Sampaio", p. 237.

¹⁷ COR, p. 185, Carta LX, a Jaime de Magalhães Lima.

¹⁸ *Idem*, p. 121, Carta XXXV, ao mesmo.

¹⁹ *Idem*, pp. 70-1, Carta XXII, a António Cândido.

²⁰ Martins, J. P. O., 1891, *Carteira de um Jornalista, I Portugal em Africa. A Questão Colonial – O Conflicto Anglo-Portuguez*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Casa Editora, Lugan & Genelioux, Sucessores, p. xi. Daqui em diante PA. No *In Memoriam*, de Antero, Martins regressa a esta imagem, mas agora com colorações clássicas (p. 66): "Reina desbragadamente Dionysio; e as suas sacerdotisas soltam ao vento os cabellos, batendo nos pandeiros, chocalhando os guisos, chamando-nos a todos para a bacanal lubrica, em que vae revolvendo-se o genero humano...".

Alberto Sampaio admoestara Martins contra aquilo que o próprio autor de *As Póvoas Marítimas* apelidou de *coup d'état*, fazendo-lhe saber dos seus sérios cuidados, em carta de 14 de Março de 1885, quanto à aventura da 'Vida Nova': "[...] presentemente receio que se vá gastar nas bulhas dos partidos". *Revista de Guimarães*, *ibid.*, pp. 201-2. Sobre este assunto, ver também o artigo de Victor de Sá, "Alberto Sampaio, Oliveira Martins e a 'Vida Nova'", *História*, n.º 14, (Dez., 1979), pp. 52-59. Ver ainda o artigo de Joel Serrão sobre Oliveira Martins no *Dicionário da História de Portugal*, de sua coordenação, Lisboa, s.d., Iniciativas Editoriais, vol. IV, pp. 210-17.

²¹ COR, p. 222, Carta LXXXI, ao Conde de Casal Ribeiro.

²² *Idem*, p. 141, Carta XLIII, a EQ. Carta de Alberto Sampaio a Oliveira Martins de 25 de Março [de 1886]. *Revista de Guimarães*, *ibid.*, p. 207.

²³ COR, p. 140, Carta XLIII, a EQ.

²⁴ *Obras de Eça de Queiroz*, s.d., Porto, Lello & Irmão, 3 vols.; vol. II, pp. 589-90, *Cartas da Inglaterra*, (vi).

²⁵ *Idem*, vol. III, p. 948.

²⁶ Quental, A., 1989, *Obras Completas – Cartas* (coord. de Ana Maria Almeida Martins), Universidade dos Açores, Editorial Comunicação, 2 vols.; vol. II, p. 978, Carta 626, a José da Cunha Sampaio.

²⁷ Martins, O., *História da Civilização Ibérica*, 1923 (7.ª ed.), Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, pp. 39-44, esp. p. 43.

²⁸ *Idem*, pp. 16-17 e x. Em *O Brasil e as Colonias Portuguezas*, de 1880, insiste em poder afirmar-se que "o Brasil se salvou, apesar dos Braganças reinarem em Portugal". – 1904 (4.ª ed. aumentada), Lisboa, parceria Antonio Maria Pereira, p. 35.

²⁹ *O Brasil...*, pp. 31 e 57-8. Sobre esta obra, ver também os comentários de d'Ayalla, F. O., 1897, *Os Ideaes de O. Martins*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand – José Bastos, esp. pp. 146-54.

³⁰ *O Brasil...*, pp. 102 e 215.

³¹ Carvalho, A., coord., [1972], *Obra de Guerra Junqueiro, (Poesia)*, Porto, Lello & Irmão, p. 493.

³² DISP, II, pp. 222, 234, 224, 228 e 217-18.

³³ Esta obra (PA) é uma compilação de artigos publicados nos seguintes jornais e revistas: *O Reporter*, *O Nacional*, *O Tempo*, *A Província*, *Revista de Portugal* e *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro).

³⁴ PA, pp. 51 e 55.

³⁵ Ver, de novo, a mesma ideia em Guerra Junqueiro, op. cit., p. 494: "Quando espreitas os fracos apontas a clavina/Quando avistas o forte envergas a libré...".

³⁶ PA, respectivamente pp. 55, 131, 60, 56, 74, 179, 185 e 72.

³⁷ *Idem*, p. 130. Em inglês no texto: "pobres e desprezíveis escravos!".

³⁸ *Idem*, p. 170.

³⁹ *Idem*, respectivamente pp. 180, 74, 85-6, 193 e 119.

⁴⁰ Martins, O., 1979 (8.ª ed.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Guimarães & Co., 2 vols.; vol. II, p. 241.

⁴¹ PA, p. 57.

⁴² *Idem*, pp. 181 e 188.

⁴³ *Obras de Eça de Queiroz*, vol. II, p. 595, *Cartas de Inglaterra*, (x).

⁴⁴ PA, pp. 64 e 65.

⁴⁵ Ver, sobre este assunto, o Livro V de DISP, vol. II. Ver também Martins, F. A. O., [1960], *Oliveira Martins e os seus Contemporâneos*, Lisboa, Guimarães Editores, especialmente o capítulo "O Iberismo de Oliveira Martins", pp. 136-162.

⁴⁶ DISP, II, pp. 225-6, 233 e 232.

⁴⁷ *Idem*, p. 219.

⁴⁸ PA, p. 66.

⁴⁹ Martins, J. P. O., *Portugal nos Mares. Ensaio de Critica, Historia e Geographia*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 2 vols.; vol II (1924 – 1.^a ed. póstuma), pp. 44-5.

⁵⁰ *Hist. da Civilização Iberica*, p. 44.

⁵¹ Barreto, G. M., 1887, *Oliveira Martins. Estudo de Psychologia*, Paris, Guillard, Aillaud e C.^ª, p. 61. Daqui em diante GMB/87.

⁵² COR, p. 131, Carta XXXIX, a Luis de Magalhães. Antero, *In Memoriam*, p. 60.

⁵³ *Cartas Peninsulares*, p. 29.

⁵⁴ IH, pp. vii-viii.

⁵⁵ COR, p. 223, Carta LXXXI, ao Conde de Casal Ribeiro.

⁵⁶ IH, p. vi; COR, p. 235, Carta LXXXVIII, a EQ.

⁵⁷ COR, p. 246, Carta XCII, a Luis de Magalhães.

⁵⁸ *Obras de Eça de Queiroz*, vol. III, pp. 630-1, Carta LXVII, a O. Martins, 17.4.1893.

⁵⁹ *Revista de Guimarães*, *ibid.*, Carta a Oliveira Martins, de 24 de Abril [de 1894], p. 213.

⁶⁰ Barreto, M., 1963, *Estudos Dispersos*, (colectânea, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves), Lisboa, Portugal, p. 121 (artigo intitulado “A Inglaterra de Hoje” de Oliveira Martins”, pp. 121-9, publicado originalmente no *Jornal do Commercio*, de 29 de Abril de 1893). Daqui em diante GMB/93.

⁶¹ GMB/93, p. 129.

⁶² AJS, vol. I, pp. 189-191.

⁶³ IH, p. 129.

⁶⁴ *Revista de Guimarães*, *ibid.*

⁶⁵ IH, respectivamente pp. 129, 125, 130, 126, 213-14.

⁶⁶ *Idem*, p. 131.

⁶⁷ Martins, O., 1872, *Teoria do Socialismo*, Lisboa, Travessa da Vitória, 71, p. 408.

⁶⁸ IH, pp. 131, 51 e 197.

⁶⁹ *Idem*, pp. 193 e 196. Fica assim bastante prejudicada a alegada impermeabilidade de Oliveira Martins ao “mundo externo”, que António José Saraiva quer ver em *A Inglaterra de Hoje*. AJS, vol. I, p. 192.

⁷⁰ GMB/93, p. 123.

⁷¹ IH, pp. 193, 33, 31, 121, 35 e 112.

⁷² *Idem*, p. 224 e 233; Martins, veio a acreditar, para o fim da sua vida, nas reformas pacíficas exequíveis, “quando as sociedades se governam por principados aristocraticos”, *Idem*, p. 223. A influência de Thomas Carlyle em Martins é óbvia neste campo. Na fase final da sua obra, o autor de *Signs of the Times* viria a advogar a existência de uma “Classe Literária”, a ser constituída de entre os membros da Aristocracia, “a melhor das Classes Inglesas”. Estes “Homens de Letras Heroicos” seriam a única solução, a seu ver, para arrancar a sociedade inglesa do caos moral e espiritual em que o Mecanicismo, ou Industrialismo, a tinha lançado. Para esta tese ver principalmente o seu *On Heroes, Hero-Worship and the Heroic in History*, publicado em 1841. Para se notar a grande influência de Carlyle em Martins quanto a este assunto e ao culto dos heróis salvadores da Pátria, ver a carta deste ao Conde de Sabugosa, de 26 de Janeiro [de 1893], onde diz: “Os herdeiros das velhas famílias heroicas são ainda o que Portugal tem de melhor, pelo brio, pelo character, e sobretudo pelo sentimento herdado da vida historica portuguesa. [...] deviamos apelar para os representantes da aristocracia de raça, que teem uma nobresa ingenita, uma distincção e uma superioridade moral inacessiveis á burguesia d’onde rebentam de um modo ridiculo os tortulhos da pseudo fidalguia plutocratica e burocratica. Sempre me pareceu que, falhando, como falhou, o pensamento liberal da primeira metade do nosso seculo, e para não cairmos na orgia de outro modo inevitavel do plebeismo, a unica solução fecunda seria darem os rapazes de velha rocha a mão ao povo, como n’outras eras e dirigil-o e commandal-o. É o que faz a aristocracia inglesa e o que, d’um modo mais moderno, caracteriza o socialismo d’estado allemão”. (COR, pp. 247-9, carta XCIII). Também John Ruskin era, numa fase mais

tardia da sua obra, sensivelmente da mesma opinião: "A função das classes superiores [...] como um todo, é a de manter a ordem entre os que lhes são inferiores, erguendo-os sempre até ao nível mais junto de si, ao qual esses inferiores consigam ascender". (*Time and Tide*, Londres, 1888); ver ainda AS, pp. 220-1 e 222-4.

⁷³ IH, p. 232. Note-se que, para John Ruskin, indubitavelmente outra grande influência em Martins, um dos males mais abjectos da sociedade britânica era precisamente este, a que esta citação se refere, a exacerbação do instinto animal de exceder o próximo e de o dominar; v. *Munera Pulveris*, Londres, 1862.

⁷⁴ *Idem*, p. 233. Esta doença, a "dinheirização", tinha feito também parte das preocupações mais íntimas tanto de Carlyle (*Signs of the Times*, Londres, 1829) como de Ruskin (*Unto this Last*, Londres, 1862 e *Munera Pulveris*, Londres, 1862).

⁷⁵ *Idem*, pp. 73, 239-40, 248 e 134.

⁷⁶ *Idem*, pp. 126 e 127.

⁷⁷ *Idem*, pp. 126 e 163.

⁷⁸ *Idem*, p. 189.

⁷⁹ *Idem*, pp. 230, 234 e 231.

⁸⁰ *Idem*, p. 235. O regresso a um certo tipo de passado, repositório do conhecimento e da moral, vinha também sendo advogado não só por Carlyle e Ruskin, mais uma vez, mas também, obviamente, por Matthew Arnold (*Culture and Anarchy*, Londres, 1869), sem esquecermos o sistematizador desta ideia, Samuel Taylor Coleridge (*On the Constitution of the Church and State*, Londres, 1829).

⁸¹ GMB/87, pp. 64, 89-90, 73 e 93.

⁸² *Obras de Eça de Queiroz*, vol. III, Carta LXIX, a Oliveira Martins, de 26.4.1894.

⁸³ GMB/87, p. 73.

⁸⁴ *Idem*, pp. 7 e 60.

⁸⁵ DISP, I, pp. xxxvii-viii. Também citado em Mendes, M., 1947, *Oliveira Martins. O Homem e a Vida*, Lisboa, Seara Nova, pp. 26-7.

⁸⁶ DISP, I, pp. xii-xiii, xi e xvi.

⁸⁷ GMB/87, p. 49 e 58.

⁸⁸ *Idem*, p. 59.

⁸⁹ DISP, I, pp. xxxv, xxxix, xxxvi. Antero, *In Memoriam*, "Necrologia".

⁹⁰ [Martins, G. O.], J. P. Oliveira Martins – *In Memoriam* (Edição comemorativa do oitavo aniversário do falecimento de O. Martins, com um artigo de Jaime Magalhães Lima), p. 18.

⁹¹ AS, p. 225. Quental, A., 1894, *Oliveira Martins*, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, p. 32. No fim deste pequeno volume, pode ler-se a seguinte nota: "O presente opusculo constitui a mais respeitosa homenagem dos testamentários de Anthero de Quental á memoria do glorioso escriptor Oliveira Martins". Sobre o tema do Socialismo, próprio Martins escrevera: "O socialismo não vem da imaginação dum vidente, vem da Razão dos séculos e dos homens". *Teoria do Socialismo*, Lisboa, 1872, p. 407. Sobre a sociologia de Martins, ver Leal, R., 1945, *Sociologia de Oliveira Martins*, Porto, Livraria Figueirinhas.

⁹² *In Memoriam*, p. 20.

⁹³ DISP, I, pp. xiv e xxxvi; AS, p. 219; GMB/87, pp. 58 e 74; d'Ayalla, *op. cit.*, p. 103; Dória, A. A., "Oliveira Martins, o Historiador", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, Arquivo Municipal 'Alfredo Pimenta', Guimarães, 1983, vol. XXXIV, p. 153.

⁹⁴ *In Memoriam*, p. 20. Ver acima, notas 73, 74 e 80.

⁹⁵ GMB/87, pp. 62 e 65-66; Martins, O., 1907 (2.^a ed.), *Historia da Republica Romana*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 2 vols; vol. II, p. 454. Antero, *In Memoriam*, p. 63.

⁹⁶ COR, p. 237, Carta LXXXIX, a Jaime de Magalhães Lima.

⁹⁷ DISP, II, p. 106.

⁹⁸ COR, p. 239, Carta XC, a Jaime de Magalhães Lima; p. 240, Carta de Jaime de Magalhães Lima a Oliveira Martins.

⁹⁹ *Hist. Rep. Rom.*, vol. II, p. 453. Sobre esta questão da felicidade na vida de Martins, ver Reys, C., 1946, *As Questões Morais e Sociais na Literatura*, Lisboa, Seara Nova, vol. III, pp. 51-54.

¹⁰⁰ AJS, vol. I, pp. 242-3.

¹⁰¹ COR, p. 251, Carta XCIV, a António Cândido.

¹⁰² *Idem*. Ver também AJS, vol. I, p. 241.

¹⁰³ Quental, A., *Cartas*, vol. II, p. 841.

¹⁰⁴ *Idem*, pp. 842 e 841.

¹⁰⁵ GMB/87, p. 65.

¹⁰⁶ Antero, *In Memoriam*, pp. 65-6.

¹⁰⁷ COR, pp. 239-40, Carta XC, a Jaime de Magalhaes Lima. Antero, *ibid.*, p. 65.

¹⁰⁸ DISP, II, pp. 85-88.

¹⁰⁹ GMB/93, p. 125.

¹¹⁰ PA, p. vi.

¹¹¹ Mendes, M., *op. cit.*, p. 26.

¹¹² *Hist. Rep. Rom.*, vol. II, p. 454.

¹¹³ DISP, I, p. lxxxi.

¹¹⁴ Quental, A., *Cartas*, vol. II, p. 606.

¹¹⁵ DISP, I, pp. iv e lxxii.

¹¹⁶ Ver Lopes, O., 1946, *Oliveira Martins e as contradições da geração de 70*, Porto, Biblioteca Fenianos, p. 47.